

A ADEÇÃO AO CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO (CPNU): ESTRUTURA, VANTAGENS E ATENDIMENTO ÀS ESPECIFICIDADES DOS CARGOS

Equipe MGI e Rosicleide Ramos Alves

INTRODUÇÃO

A implementação do CPNU representa um avanço significativo na modernização da seleção de servidores públicos, integrando diferentes aspectos essenciais para sua eficácia. A governança do CPNU, estabelecida conforme o Decreto nº 11.722/2023, desempenha um papel central ao assegurar a coordenação, o monitoramento e a integridade do certame, permitindo que os órgãos aderentes participem ativamente de sua construção. O processo de adesão, formalizado por instrumentos específicos, garante a inclusão de diversos órgãos e entidades na iniciativa, proporcionando um ambiente colaborativo e transparente.

As vantagens da adesão ao CPNU são evidentes, pois o modelo promove uma competição mais justa e inclusiva, racionaliza custos e processos, além de facilitar a uniformização das seleções públicas. A estrutura do CPNU foi desenhada para atender às especificidades dos cargos de maneira eficaz, agrupando-os em Blocos Temáticos que refletem as diferentes áreas de atuação do Estado, respeitando a complexidade e as atribuições de cada função. Esse arranjo garante que, mesmo em um único concurso, sejam contempladas as demandas específicas de cada cargo, alinhando-as aos objetivos estratégicos da administração pública.

A GOVERNANÇA DO CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO

No contexto do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), a governança é essencial para garantir que o processo seja conduzido de forma organizada, transparente e alinhada com as necessidades dos órgãos públicos e da sociedade. Seguindo as diretrizes do Decreto nº 9.203, de 2017, a governança do CPNU envolve a aplicação de mecanismos claros de planejamento, liderança, estratégia e controle, assegurando que todas as etapas do concurso sejam realizadas de acordo com normas bem definidas e com o comprometimento de todos os envolvidos.

A governança do (CPNU) é estruturada de forma a integrar tanto o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) quanto os órgãos que aderem ao concurso.¹³ Essa estrutura de governança é responsável por coordenar, monitorar e assegurar a integridade do processo seletivo, garantindo que as diretrizes e procedimentos sejam seguidos de maneira eficiente e transparente. O MGI desempenha um papel central nesse processo, atuando como coordenador da Comissão de Governança e do Comitê Consultivo e Deliberativo, estabelecendo prazos, metas e uniformizando entendimentos sobre o certame.

Os órgãos que aderem ao CPNU também têm um papel ativo na governança, integrando o Comitê Consultivo e Deliberativo. Ao participar desse colegiado, esses órgãos contribuem para a construção e supervisão do concurso, ajudando a garantir que suas necessidades e especificidades sejam consideradas e atendidas. A adesão dos órgãos é formalizada por meio de termos que estabelecem suas responsabilidades e obrigações dentro da estrutura de governança, permitindo uma abordagem colaborativa que fortalece o processo seletivo e assegura que ele reflita as demandas reais das instituições participantes.

A integridade do CPNU também é assegurada pelo Comitê Consultivo e Deliberativo, que é responsável por resolver conflitos e monitorar a implementação do certame. Ao atuar na resolução transparente de disputas e no acompanhamento contínuo de todas as etapas do concurso, o Comitê contribui para a manutenção da confiança no processo e garante que o certame seja conduzido de maneira justa e conforme as diretrizes estabelecidas. Essa abordagem preventiva e resolutiva é fundamental para

¹³ Decreto 11.722/2023 estabelece a Governança do CPNU.

preservar a integridade do concurso e a confiança dos órgãos e dos candidatos envolvidos.

A comunicação aberta, voluntária e transparente, como uma das diretrizes da governança pública,¹⁴ foi planejada com uma abordagem integrada para promover a participação ativa do cidadão. Para isso, foi criada uma seção de Perguntas Frequentes (FAQ) no portal do concurso, oferecendo à sociedade acesso a respostas claras e diretas sobre o certame. Além disso, as mídias sociais do MGI servem como canais para disseminar informações em tempo real, proporcionando uma comunicação mais dinâmica e interativa.

Entrevistas e lives com dirigentes e especialistas também são realizadas para esclarecer dúvidas e discutir aspectos importantes do concurso, criando um espaço de interação direta com os candidatos. Textos semanais informativos e materiais visuais são produzidos para as redes sociais, engajando os participantes com conteúdo relevante, atualizações e dicas sobre o concurso.

O PROCESSO DE ADESÃO E INSTRUMENTOS UTILIZADOS

As primeiras iniciativas para o lançamento do projeto do CPNU incluíram a realização de duas reuniões de apresentação nos dias 25 e 28 de agosto de 2023, cada uma com enfoques distintos. A primeira reunião foi direcionada ao nível estratégico, envolvendo os órgãos e entidades da administração pública federal direta que receberam autorização para a realização de concursos públicos. A segunda reunião teve um enfoque mais tático, voltada para as áreas de gestão de pessoas dessas mesmas entidades.

Além dessas reuniões iniciais, foram realizadas sessões adicionais com grupos de órgãos ou em encontros bilaterais entre os órgãos interessados e representantes do MGI. O objetivo dessas reuniões foi esclarecer dúvidas, prestar informações detalhadas, apresentar os principais aspectos da proposta e construir, em conjunto com os órgãos e entidades, as bases para a implementação do Concurso Público Nacional Unificado. Essas reuniões foram essenciais para alinhar expectativas, promover a colaboração e garantir que todos os participantes estivessem preparados para o processo de adesão e execução do CPNU.

Para formalizar o processo de adesão, o MGI enviou um Ofício solicitando a adesão de cada órgão e entidade que recebeu

¹⁴ Decreto 9.203/2017.

autorização para a realização de concurso público, e além disso, comunicações oficiais foram feitas via e-mail da caixa eletrônica do concurso nacional, reforçando o pedido de adesão. Essas ações foram fundamentais para garantir a participação e o alinhamento dos órgãos e entidades no CPNU.

O processo de adesão ao CPNU foi de caráter voluntário, com prazo estipulado até outubro de 2023. Como se trata de um modelo de concurso inovador em sua primeira edição, alguns órgãos optaram por não participar, especialmente aqueles que já haviam iniciado processos individualizados de contratação de concursos, tornando inviável a integração ao CPNU nesta etapa inicial. Além disso, outros órgãos justificaram sua não adesão por entenderem que o formato unificado poderia não atender plenamente às suas necessidades específicas de aferição de perfis adequados às suas realidades institucionais.

Nesse contexto, das mais de 9 mil vagas autorizadas em 2023, 73% foram incorporadas ao CPNU por meio da adesão de 21 órgãos, totalizando 6.640 vagas com provas a serem aplicadas em 228 cidades, promovendo maior abrangência e acessibilidade para os candidatos em todo o país.

AS VANTAGENS DA ADESÃO AO CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO

As principais vantagens da adesão ao CPNU incluem a promoção de uma competição mais justa e inclusiva, permitindo que os candidatos escolham vários cargos em um único Bloco Temático, com provas realizadas em 228 cidades, garantindo igualdade de oportunidades. Além disso, proporciona isonomia econômica com isenções de taxa para bolsistas do Prouni e beneficiários do Fies, além de outras isenções já previstas em lei.

O modelo também evita selecionar perfis que não atendem aos critérios estabelecidos na forma de seleção, que abrange, além dos conhecimentos técnicos, temas transversais que reforçam a vocação para a Administração Pública, como ética, diversidade, direitos humanos e políticas públicas. Esses conteúdos ajudam a avaliar a motivação e o compromisso dos candidatos com o interesse público.¹⁵

15 ENAP. *Guia de Concursos Públicos: Planejamento, Realização e Pós-Concurso*. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/7735/1/Guia_concursos_completo.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.

Isso maximiza as chances de atrair candidatos com perfis adequados às vagas, estimulando a vocação no serviço público e permitindo uma seleção mais consciente, alinhada aos interesses dos candidatos e da própria administração pública. A adoção de blocos temáticos permite que os órgãos reflitam sobre seus papéis e responsabilidades, alinhando suas missões aos objetivos de atendimento das demandas sociais.

Por fim, O CPNU possibilita a padronização dos processos de seleção, facilitando a avaliação dos resultados e promovendo a uniformização a partir da implementação de seleções periódicas, o que proporciona maior previsibilidade e continuidade nos serviços públicos.

A racionalização de custos e processos no CPNU, com a aplicação simultânea das provas em diversas localidades, reduz despesas operacionais e facilita a gestão logística. Os custos relacionados à realização do concurso são rateados entre os órgãos e entidades participantes, conforme os critérios estabelecidos pela Portaria MGI nº 6.017/2023.¹⁶

ATENDIMENTO ÀS ESPECIFICIDADES DOS CARGOS POR BLOCOS TEMÁTICOS

A estruturação dos editais do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) foi desenvolvida com base na criação de Blocos Temáticos, que agrupam cargos relacionados às funções institucionais, econômicas, sociais e ambientais do Estado, em alinhamento com os eixos do Plano Plurianual (2024-2027). Os blocos temáticos estabelecidos incluem: Bloco 1 – Infraestrutura, Exatas e Engenharias; Bloco 2 – Tecnologia, Dados e Informação; Bloco 3 – Ambiental, Agrário e Biológicas; Bloco 4 – Trabalho e Saúde do Servidor; Bloco 5 – Educação, Saúde, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos; Bloco 6 – Setores Econômicos e Regulação; Bloco 7 – Gestão Governamental e Administração Pública; e Bloco 8 – Nível Intermediário.

¹⁶ Até 1 milhão de inscritos, o custo é integralmente coberto pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI); entre 1 milhão e 2,5 milhões de inscritos, os órgãos e entidades devem descentralizar os créditos orçamentários e repassar os recursos financeiros proporcionalmente ao número de vagas e ao total de inscritos; e acima de 2,5 milhões de inscritos, os valores excedentes podem ser custeados parcial ou integralmente pelo MGI.

Cada edital está vinculado a um desses blocos temáticos, permitindo que os candidatos escolham os cargos dentro de um único bloco, ordenando suas preferências de forma decrescente. Como será aplicada uma prova correspondente a cada edital e ao respectivo bloco temático, foi necessário analisar como as disciplinas poderiam ser dispostas de forma a atender às especificidades dos cargos que compõem cada bloco.

As provas foram divididas em conhecimentos gerais e específicos. Para os Blocos de 1 a 7, foram estabelecidos 5 Eixos Temáticos por edital, que agrupam conteúdos específicos, organizados conforme a relevância e importância para cada cargo. A calibragem dos pontos foi realizada para refletir adequadamente o peso de cada conteúdo, garantindo que as provas estejam alinhadas às exigências específicas das funções a serem desempenhadas, com pesos atribuídos variando de 1 a 5, conforme a necessidade de cada cargo. Vale destacar que o Bloco 8 – de nível intermediário de escolaridade – não possui eixos temáticos definidos.

O Quadro a seguir apresenta uma visualização clara dos Blocos Temáticos e seus respectivos Eixos Temáticos, organizados de acordo com os agrupamentos de conteúdos estabelecidos no CPNU.

Quadro 1 – Blocos Temáticos e Eixos Temáticos Correspondentes

Bloco Temático	Eixos Temáticos Correspondentes
Bloco 1 Infraestrutura, Exatas e Engenharias	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão governamental e governança pública • Políticas Públicas • Gestão Ambiental e Tecnológica, Sustentabilidade e Energia • Planejamento e Gestão de Obras, Políticas Públicas de Infraestrutura e Acessibilidade • Engenharia Cartográfica e Geoprocessamento
Bloco 2 Tecnologia, Dados e Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão Governamental e Governança Pública • Políticas Públicas • Gerência e Suporte da Tecnologia da Informação • Desenvolvimento de Software • Apoio à Decisão, Inteligência Artificial e Métodos Quantitativos
Bloco 3 Ambiental, Agrário e Biológicas	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão Governamental e Governança Pública • Políticas Públicas • Caracterização da Paisagem no Meio Rural • Práticas de Produção Agropecuária no Meio Rural • Desenvolvimento Sustentável no Meio Rural
Bloco 4 Trabalho e Saúde do Servidor	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão Governamental e Governança Pública • Políticas Públicas • Sociologia e Psicologia Aplicadas ao Trabalho • Segurança e Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora • Direito do Trabalho
Bloco 5 Educação, Saúde, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão Governamental e Governança Pública • Políticas Públicas: Educação, Ciência e Tecnologia e Justiça • Políticas Públicas: Saúde e Desenvolvimento Social • Direitos Humanos, Direito dos Povos Originários e das Populações Tradicionais • Pesquisa e Avaliação
Bloco 6 Setores Econômicos e Regulação	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão Governamental e Governança Pública • Políticas Públicas e Análise de Dados • Economia, Economia Solidária e Contexto Internacional • Orçamento Público, Contabilidade e Regulação • Inglês
Bloco 7 Gestão Governamental e Administração Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão Governamental e Governança Pública: Estratégia, Pessoas, Projetos e Processos • Gestão Governamental e Governança Pública: Riscos, Inovação, Participação, Logística e Patrimônio • Políticas Públicas e Noções de Estatística • Administração Financeira e Orçamentária, Contabilidade Pública e Compras na Administração Pública • Comunicação, Gestão Documental, Transparência e Proteção de Dados

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM OS DADOS DOS EDITAIS

Atender às especificidades dos cargos em cada Bloco Temático é um desafio, especialmente considerando as 6.640 vagas distribuídas em 8 blocos, cada um refletindo as funções do Estado e contemplando a natureza e a complexidade dos cargos. Para demonstrar a adequação dos blocos temáticos e a coerência na calibragem dos eixos temáticos, foram selecionados dois blocos com dois cargos em cada um: Bloco 4 – Trabalho e Saúde do Servidor, com os cargos de Auditor-Fiscal do Trabalho e Especialista em Indigenismo Psicólogo; e Bloco 6 – Setores Econômicos e Regulação, com os cargos de Analista de Comércio Exterior e Especialista em Previdência Complementar. Além disso, foram analisados dois cargos do Bloco 8 – Nível Intermediário, Agente de Atividades Agropecuárias e Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas, para evidenciar como as atividades desenvolvidas por esses cargos são aderentes às diretrizes do bloco temático.

O Bloco 4 – Trabalho e Saúde do Servidor refere-se à garantia do trabalho digno, na proteção social e na equidade no mercado de trabalho, também responde às demandas de diferentes órgãos por perfis profissionais que lidam com a saúde do servidor e a fiscalização de condições laborais. O cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho, por exemplo, exerce uma função essencial ao fiscalizar normas trabalhistas, com ênfase na segurança e saúde do trabalhador. Suas atividades estão diretamente relacionadas à promoção de ambientes de trabalho seguros e ao cumprimento rigoroso das normas laborais. Isso se reflete nos pesos dos eixos temáticos atribuídos ao cargo, onde Segurança e Saúde do Trabalhador e Direito do Trabalho possuem maior relevância. Esses conteúdos são fundamentais para a execução das suas funções, que envolvem a inspeção das condições de trabalho e a aplicação das normas para garantir que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados.

Por outro lado, o cargo de Especialista em Indigenismo Psicólogo destaca-se por seu foco na promoção e defesa dos direitos das populações indígenas. Suas atribuições incluem a proteção das terras e a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades, o que é coerente com os objetivos do Bloco 4 de assegurar a equidade e a inclusão social. Os pesos dos eixos temáticos para este cargo refletem essa atuação, com uma ênfase maior em Políticas Públicas e Sociologia e Psicologia Aplicadas ao Trabalho. Essa ênfase é crucial, pois o cargo requer uma compreensão profunda das dinâmicas sociais e psicossociais que afetam essas populações, além da capacidade de implementar políticas que protejam seus direitos.

A análise dos pesos dos eixos temáticos atribuídos a esses cargos demonstra como o concurso foi capaz de harmonizar as exigências específicas de cada função dentro de um mesmo bloco temático, garantindo que as competências necessárias sejam respeitadas e valorizadas. Ao integrar essas diferentes áreas de conhecimento e formação, o edital conseguiu atrair perfis profissionais diversificados e qualificados, atendendo às demandas dos órgãos que aderiram ao CPNU.

Em relação ao Bloco Temático 6 – Setores Econômicos e Regulação, o foco é na organização da atividade econômica pelo Estado, que inclui tanto a formulação de políticas de comércio exterior quanto a regulação de setores como a previdência complementar. O bloco é parte essencial do PPA 2024-2027, que visa promover a industrialização em novas bases tecnológicas, descarbonizar a economia e ampliar a competitividade brasileira no mercado global. Ao alinhar esses cargos com as áreas de ciências sociais aplicadas e outras afins, o edital garante a atração de profissionais capacitados para enfrentar os desafios propostos.

O Analista de Comércio Exterior (B6-10-A) exerce o papel na formulação, implementação e avaliação de políticas de comércio exterior, áreas que são diretamente influenciadas pelo Eixo Temático 3 – Economia, Economia Solidária e Contexto Internacional, que carrega o maior peso (4) neste cargo. Este eixo abrange desde conceitos de micro e macroeconomia até políticas comerciais e a atuação do Brasil em organismos internacionais, o que é fundamental para a atuação do Analista de Comércio Exterior. Complementarmente, o Eixo Temático 5 – Inglês, com peso 3, reflete a necessidade de compreensão de textos em língua inglesa, essencial para interações internacionais e a análise de documentos em contexto global. Os outros eixos, como Gestão Governamental e Governança Pública e Orçamento Público, Contabilidade e Regulação, com peso 1, oferecem uma base para o planejamento estratégico e a gestão das atividades econômicas do Estado.

Por outro lado, o Especialista em Previdência Complementar (B6-12-A) exerce funções que exigem uma sólida compreensão das normas e regulações que governam a previdência complementar no Brasil. Isso é refletido pelo peso significativo atribuído ao Eixo Temático 4 – Orçamento Público, Contabilidade e Regulação (peso 3), que aborda os regramentos constitucionais e legais, bem como as práticas de contabilidade regulatória e auditoria das entidades de previdência

complementar. O Eixo Temático 1 – Gestão Governamental e Governança Pública também possui um peso relevante (3), demonstrando a importância da gestão de projetos, processos e riscos na supervisão das entidades de previdência. O Eixo Temático 2 – Políticas Públicas e Análise de Dados (peso 2) complementa essa formação, fornecendo as ferramentas analíticas necessárias para monitorar e avaliar as políticas aplicadas às entidades de previdência.

A atribuição dos pesos dos eixos temáticos para esses cargos reflete as competências essenciais que cada função exige. Para o Analista de Comércio Exterior, o foco está na economia internacional e na habilidade linguística, enquanto para o Especialista em Previdência Complementar, o conhecimento em regulação e gestão é primordial. Essa organização cuidadosa dos conteúdos e pesos assegura que os candidatos selecionados possuam as habilidades específicas necessárias para contribuir eficazmente nas suas respectivas áreas de atuação, alinhando-se aos objetivos estratégicos do Bloco 6.

O Bloco 8 – Nível Intermediário engloba cargos que exigem uma sólida formação em conhecimentos básicos e aplicados, essenciais para o desempenho eficiente das atividades atribuídas. Embora não possua eixos temáticos específicos, este bloco abrange uma variedade de conhecimentos que são fundamentais para funções técnicas e operacionais dentro da administração pública. Os cargos dentro desse bloco devem demonstrar uma capacidade de compreensão e aplicação de conceitos em áreas como Língua Portuguesa, Noções de Direito, Matemática e Realidade Brasileira, que formam a base para a atuação profissional.

O cargo de Agente de Atividades Agropecuárias (B8-03-A) é um exemplo de posição que exige uma formação técnica específica, sendo necessário que os candidatos possuam um curso técnico agrícola com registro de classe. Além disso, a avaliação de títulos é baseada na experiência profissional, especialmente em instâncias estaduais, federais ou municipais do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA). A pontuação da experiência profissional é atribuída com base no tempo de serviço, podendo alcançar até 10 pontos para quem tem 10 anos completos de experiência.

Essa exigência de qualificação técnica e experiência reforça a importância do conhecimento prático e aplicado no desempenho das atividades relacionadas ao manejo e monitoramento de atividades agropecuárias. O conteúdo programático de Rea-

lidade Brasileira, que abrange temas como o desenvolvimento rural, a estrutura fundiária e os sistemas produtivos no campo, é diretamente relevante para a atuação do Agente de Atividades Agropecuárias, complementando a formação técnica com uma compreensão contextual das dinâmicas sociais e econômicas do meio rural.

Em contrapartida, o cargo de Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas (B8-02-E) exige nível médio de escolaridade e não possui avaliação de títulos. Este cargo demanda uma sólida base em Matemática e Estatística para o processamento e análise de dados geográficos e estatísticos. A competência em Matemática, especialmente em estatística básica, leitura e interpretação de gráficos, bem como em geometria e análise combinatória, é crucial para a execução das atividades deste cargo. Além disso, o conhecimento de Realidade Brasileira, como o desenvolvimento urbano, estrutura populacional e dinâmica social, fornece o contexto necessário para a interpretação dos dados e a elaboração de estudos e mapas que refletem a realidade socioeconômica do país.

Para alcançar a especificidade exigida por cada cargo, a avaliação de títulos acadêmicos ou experiências profissionais desempenha um papel fundamental em casos como o do Agente de Atividades Agropecuárias, onde a valorização da experiência profissional na área de sanidade agropecuária é um critério essencial. No entanto, para cargos como o de Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas, a seleção baseia-se na comprovação do nível médio e no desempenho nas provas objetivas, que avaliam a capacidade dos candidatos de aplicar conhecimentos básicos e técnicos no desempenho das suas funções.

Embora o Bloco 8 não esteja estruturado em eixos temáticos específicos, a formação e a capacitação exigidas dos candidatos refletem a importância de um conhecimento abrangente e integrado. As exigências programáticas, como as de Língua Portuguesa e Noções de Direito, garantem que os profissionais estejam aptos a comunicar-se de forma clara e eficiente, além de compreenderem as normas que regem a administração pública. Assim, o edital busca assegurar que os candidatos possuam uma base de conhecimentos sólida, capaz de sustentá-los no desempenho de suas funções, alinhando suas habilidades com as necessidades dos cargos no serviço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Concurso Público Nacional Unificado representa um marco na modernização dos processos seletivos para o serviço público, oferecendo um modelo que combina eficiência, transparência e colaboração interinstitucional. A governança, fundamentada pelo Decreto nº 11.722/2023, garante a integridade e a coordenação do certame, ao mesmo tempo em que proporciona aos órgãos aderentes a oportunidade de participar ativamente da construção do processo. Através de uma adesão formalizada e orientada por instrumentos específicos, o CPNU permite uma integração mais harmoniosa e colaborativa entre os diversos órgãos e entidades envolvidos.

As vantagens desse modelo compreendem uma estrutura que promove competição mais justa e inclusiva, além de racionalizar os custos e processos operacionais. A organização dos cargos em Blocos Temáticos permite que as especificidades de cada função sejam respeitadas, alinhando as demandas dos cargos às áreas de atuação do Estado. Com a implementação do CPNU, o serviço público brasileiro dá um passo importante para garantir a continuidade, previsibilidade e qualidade dos serviços prestados, ao mesmo tempo em que reforça o compromisso com a equidade e o interesse público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Editais – Concurso Público Nacional Unificado**. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/editais>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Editais do Concurso Nacional Unificado**. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/concursonacional/editais/editais>. Acesso em: 05 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Portaria MGI nº 6.017**, de 4 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mgi-n-6.017-de-4-de-outubro-de-2023-514482266>. Acesso em: 05 ago. 2024.

ENAP. **Guia de Concursos Públicos: Planejamento, Realização e Pós-Concurso**. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/7735/1/Guia_concursos_completo.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.